

MICHEL FOUCAULT E SUA CONTRIBUIÇÃO À METODOLOGIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MICHEL FOUCAULT AND HIS CONTRIBUTION TO THE INTERNATIONAL RELATIONS

Manoel César de Alencar Neto¹

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Universidade Estadual da Paraíba

João Pessoa – Paraíba – Brasil

Resumo: Michel Foucault parte do pressuposto que o poder não se aplica, mas transita pela sociedade, emergindo de todas as relações que, de maneira ascendente, configuram e condicionam as relações da sociedade. De modo que os saberes na modernidade, não fugindo a essa lógica, também estão inseridos de modo instrumental nesses jogos de poder, e conceitos como ciências humanas e teorias que almejam a generalização são indissociáveis dessa microfísica do poder. Nesse sentido, e a partir da arqueologia e da genealogia foucaultiana, buscou-se analisar a contribuição de Michel Foucault para a metodologia.

Palavras-chave: Metodologia. Epistemologia. Michel Foucault.

Abstract: Michel Foucault assumes that power is not applied, but transits through society, emerging from all relationships that, in an ascending way, shape and condition the relations of society, so that knowledge in modernity, not escaping this logic, are also inserted instrumentally in these power games, and concepts such as human sciences and theories that aim at generalization are inseparable from this microphysics of power. In this sense, and from Foucault's archeology and genealogy, we will try to analyze the contribution of Michel Foucault to the methodology.

Key-words: Methodology. Epistemology. Michel Foucault.

Recebido: 07/05/2020

Aprovado: 17/06/2020

Introdução

A compreensão da historicidade como evolução de conceitos e práticas tem nas correntes liberais, com sua herança Moderno-Iluminista, o desenvolvimento das suas formulações. Por outro lado, as correntes racionalistas esvaziam tal historicidade de uma relevância decisiva, imputando-a a conceitos como Estado e poder. Foucault, no entanto, em suas pesquisas arqueológicas, e nas suas preocupações quanto à historicidade dos discursos, observa não uma verdade absoluta ou valores universais, demonstrando que não há uma temporalidade única e hierarquizada, mas uma dispersão temporal que confere a tais conceitos outra dimensão. Essa operação arqueológica permite, de um

¹ alencarneto@gmail.com

lado, alterar a perspectiva de construção de conceitos-chave e, por conseguinte, sua compreensão inserida em teorias que, por conceito, se querem generalizantes e universais, ao passo que estratificam relações sociopolíticas por meio das práticas discursivas.

Ainda nesse diapasão, a conformação em um determinado momento histórico em que um discurso passa a concentrar em si a expressão de um poder que vários saberes o concedem, configuraria uma epistemologia que escapa à objetividade e à universalidade almejadas pelo discurso que se proclama científico.

Na arqueologia, como se verá no desenvolvimento do trabalho, o que se busca é compreender como o conhecimento surge ou é reprimido, e de que maneira o homem passa a ser, ele também, um objeto desses saberes. Analisaremos a metodologia foucaultiana, que foge do positivismo que configura inclusive sua epistemologia, ambas críticas a uma perspectiva histórica. As suas implicações às Relações Internacionais se dão tanto na construção de conceitos-chave quanto na busca de homogeneização de um *status quo* em que saber e poder se confundem.

1. Metodologia no pensamento de Michel Foucault

A problematização dos princípios da Modernidade e de teorias que se querem totalizantes e generalizantes têm em Foucault, por meio das análises arqueológicas e genealógicas, um questionamento que transpassa as mais variadas ciências sociais, em que o positivismo reivindica para o conhecimento humano neutralidade e universalidade, compreendendo essa emergência e estabelecimento de conhecimentos sob o prisma das relações de poder, que tanto condicionam quanto instrumentalizam o saber como um fenômeno exclusivo de *l'âge de l'homme*.

É assim que, privilegiando a análise dos casos em sua singularidade, Foucault inverte o que se poderia conceber como cânones do conhecimento, pois não busca enquadrar os casos a partir de teorias estabelecidas, mas analisar o caso singular inserido em uma rede de relações de poderes ascendentes, que se relacionam entre si, de modo a compreender a sociedade sob a perspectiva dessa microfísica. É nesse sentido que, nos termos do desenvolvimento do trabalho, Foucault traz sua contribuição para as relações internacionais tanto do ponto de vista conceitual quanto metodológico.

Assim, um estudo sobre a metodologia poderia iniciar com a compreensão da sua própria etimologia como sendo o caminho que se deve percorrer a fim de se chegar a um determinado lugar. Nesse sentido, metodologia nada mais seria do que um caminho analítico que leva ao desenvolvimento do conhecimento nas mais variadas áreas do saber.

A metodologia se insere na complexidade que as variadas formas de conhecimento trazem em si, sendo indispensável sua compreensão para uma produção analítica com a rigidez necessária para questionar, desconstruir, construir, aperfeiçoar, aprofundar, corrigir, criar ou negar o conhecimento produzido até então. É nesse sentido que a metodologia se liga a diferentes intencionalidades, que vão de uma exacerbada valorização do método em si, passando pela maior valorização da prática e sua relação com o conhecimento e, por fim, ligada a uma postura crítica.

Como preliminar obrigatória para o estudo do método nos escritos de Michel Foucault, cumpre a delimitação de um conceito provisório de “metodologia”, a fim de problematizá-lo a partir do pensamento que o envolve.

Na raiz etimológica de “metodologia” se encontra o “método”, que, por sua vez, provém do grego *meta*, podendo ser traduzido por “algo além”, e *odos*, que significa “caminho”, ou, em poucas palavras, o “método” é um caminho a ser seguido a fim de se obter determinada finalidade, ou ainda, em outras palavras, “a «lógica», a razão (a racionalidade) ou o pensamento de um proceder (*modus*, processo) que visa a um fim específico ou se propõe um certo objectivo” (NEVES, 1993, p. 9).

De início, podem ser designados quatro aspectos (ABBAGNANO, 2007) à metodologia: lógica ou parte lógica que estuda os métodos; lógica transcendental aplicada; conjunto de procedimentos metódicos de uma ou mais ciências, e; análise filosófica de tais procedimentos.

Os dois primeiros aspectos dizem respeito à lógica filosófica do século XIX, seja como meio de se conduzir pelo conhecimento ou como determinante das condições formais na razão pura kantiana, respectivamente. Já o terceiro aspecto da Metodologia diz respeito aos procedimentos técnicos para averiguação de determinada disciplina e, por fim, o quarto, próximo ao terceiro, diz respeito à Metodologia como disciplina autônoma destinada a tais análises pressupostas pela terceira perspectiva.

À “metodologia”, no entanto, se insere o *logos*, a *ratio*, isto é, a razão ao “método”, que pode ser definida como uma racionalidade ou pensamento sobre o “método”. O *logos*, no entanto, implica ao pensamento “metado-lógico” diferentes perspectivas e tarefas, a depender do “método”. no qual se realiza, em uma relação que pode ser pensada a partir dos três diferentes tipos intencionais apresentados por Castanheira Neves (NEVES, 1993).

O primeiro seria a partir de uma relação de exterioridade construtiva, ou seja, o método tido como um instrumento ou um objeto da razão a cumprir uma operatória predeterminada, com índole de uma técnica, em uma aproximação simbiótica entre verdade e validade metodológica em termos cartesianos, podendo ser compreendido da seguinte forma:

Entendo por método regras certas e fáceis, que permitem a quem exatamente as observar nunca tomar por verdadeiro algo de falso e, sem desperdiçar inutilmente nenhum esforço da mente, mas aumentando sempre gradualmente o saber, atingir o conhecimento verdadeiro de tudo o que será capaz de saber (DESCARTES, 2002, p. 8).

Notadamente tomada como possibilidade de falseamento de teoria, como quer Karl Popper (2008), prescrevendo uma redução de erros ou uma construção dialética-racional, como pensa Gaston Bachelard (2010), ou ainda uma ciência como método, defendido por Hans-Georg Gadamer (2007), o pensável nessa intencionalidade só haveria de ser conseguido através do modo de pensar. Observa-se, assim, sua natureza preponderantemente – para não dizer exclusivamente – procedimental. A atenção, portanto, passa para os critérios de validade do conhecimento e do discurso metodológico. A verdade não está no "que", mas no "como".

A segunda intencionalidade se apresenta como uma relação de imanência constitutiva, havendo, agora, uma unidade entre método e prática, pois, diferentemente da primeira intencionalidade, em que o método é o objeto e produto da razão, agora a própria razão constitui a racionalidade constitutiva do método, sendo apenas por ela manifestada.

A intencionalidade pode, ainda, existir como uma relação de reconstrução crítico-reflexiva, em que nem o método é prescrito *a priori*, e também não o é descoberto apenas *a posteriori*, como nas duas primeiras intencionalidades já referidas; ou seja, o *logos* na metodologia não será prescritivo, como no primeiro caso, nem descritivo, como no segundo, mas crítico-reflexivo, à medida que a razão refere uma certa prática aos seus sentidos fundamentantes, no fito de reconduzir, crítico-reflexivamente, sua justificação.

Por mais que se possa em um primeiro momento confundir o método foucaultiano com um método eminentemente histórico, por trabalhar com momentos históricos bem determinados, sejam os séculos XVII e XIX ou as sociedades greco-romanas, e por mais difícil que seja inserir seu método em uma classificação, acredita-se que, exatamente por isso, enquadra-se em uma análise crítico-reflexiva, na medida em que, apesar de uma análise da história, o que pressupõe um *methodos*, o pensador lança mão de outros meios que venham a colaborar com a pesquisa:

Os estudos que se seguem, assim como outros que anteriormente empreendi, são estudos de 'história' pelos campos que tratam e pelas referências que assumem; mas não são trabalhos de 'historiador'. O que não quer dizer que eles resumam ou sintetizem o trabalho feito por outros; eles são – se quisermos encará-los do ponto de vista de sua “pragmática” – o protocolo de um exercício que foi longo, hesitante, e que frequentemente precisou se retomar e se corrigir. Um exercício filosófico: sua articulação foi a de saber em que medida o trabalho de pensar sua própria história pode liberar o pensamento daquilo que ele pensa silenciosamente, e permitir-lhe pensar diferentemente. (FOUCAULT, 2012a, p.16).

Apesar de Thomas Lemke (2013), no entanto, afirmar que o método utilizado por Foucault seria histórico por utilizar os seus critérios basilares, sendo preponderante a análise documental, “[o]n the one hand, his studies comply with the traditional criteria of historiographical work: they argue on the basis of documents, rely on textual evidence, etc.” (LEMKE, 2013, p. 31), trata-se, na verdade, e como já dito, de um trabalho filosófico tendo os fatos históricos como seu aporte.

Pelo que fora exposto, pode-se depreender que, para Foucault, a concepção de método como instrumento ou um objeto da razão a cumprir uma operatória predeterminada, em uma relação de exterioridade construtiva, ou seja, em uma compreensão cartesiana, não é um *a priori*, pois deve ser escolhido a depender do caso e do modo em que o objeto e o problema se apresentam na pesquisa. Não há, portanto, um único método preconizado por Foucault:

Não tenho um método que se aplicaria, do mesmo modo, a domínios diferentes. Ao contrário, diria que é um mesmo campo de objetos que procuro isolar, utilizando instrumentos encontrados ou forjados por mim, no exato momento em que faço minha pesquisa, mas sem privilegiar de modo algum o problema do método [...] Não tenho teoria geral e tampouco tenho um instrumento certo. Eu tateio, fabrico como posso instrumentos que são destinados a fazer objetos [...] Procuo corrigir meus instrumentos através dos objetos que penso descobrir, e, neste momento, o instrumento corrigido faz aparecer que o objeto definido por mim não era exatamente aquele. É assim que eu hesito ou titubeio, de livro em livro (FOUCAULT, 2006, p. 229).

Esse desapego a um único método, no entanto, não anula a preocupação com princípios metodológicos, recomendando precauções que devem ser tomadas na investigação. Tais princípios são expostos no curso ministrado pelo pensador francês entre 1975 e 1976, no *Collège de France*, intitulado *Il faut défendre la société*, em que o mesmo prescreveu uma análise indutiva e ascendente, e, portanto, não dedutiva, buscando a compreensão das formas regionais e locais e suas articulações entre si não de forma homogênea, mas, sim, articulado em rede.

Em outro curso também ministrado no *Collège de France*, intitulado *Sécurité, territoire, population*, entre 1977 e 1978, Foucault apresentou as proposições que o levaram a desenvolver sua pesquisa desse curso, em que desenvolveu seu conceito de biopoder, que propôs pela primeira vez em *História da sexualidade* (1976). Nele, sem antes fazer a ressalva de que “a análise desses mecanismos de poder não é de forma alguma uma teoria geral do que é poder” (FOUCAULT, 2008a, p. 3), parte-se da premissa de que as relações de poder são indissociáveis às relações sociais como um todo, e não um conceito que se encerra em si, fazendo com que analisar o poder seja um meio para analisar a sociedade no geral. De tal modo que tais imperativos não devem expressar uma relação de poder, mas, ao contrário, não sendo “nada mais que indicadores táticos” (FOUCAULT, 2008a, p. 6) e, por fim, a fim de que não se perca o sentido em polêmicas internas, propõe “um só

imperativo, mas que será categórico e incondicional: nunca fazer política” (FOUCAULT, 2008a, p. 6).

Em seu terceiro curso no *Collège de France*, sob o título de *Naissance de la Biopolitique*, apresentado nos anos de 1978 e 1979, Foucault privilegia o método indutivo ao partir da análise de práticas e fenômenos concretos, específicos, para, só depois, confrontá-los criticamente com as teorias universais:

Parto da decisão, ao mesmo tempo teórica e metodológica, que consiste em dizer: suponhamos que os universais não existem; e formulo nesse momento a questão à história e aos historiadores: como vocês podem escrever a história, se não admitem *a priori* que algo como o Estado, a sociedade, o soberano, os súditos existem? (FOUCAULT, 2008b, p. 5).

Pelo exposto, e sendo provisoriamente conclusivo, pode-se observar que, ao recomendar precauções e princípios gerais a serem observados na investigação, Foucault se desvencilha de teorias gerais e de uma metodologia fixa a ser aplicada na pesquisa, e isso porque acredita que as decisões devem ser tomadas no transcurso da análise, partindo de cada caso concreto a fim de os correlacionar com o contexto geral no qual se insere, analisando as relações de poder e saber que fizeram com que tal narrativa fosse escolhida e quais as repercussões que resultam nesses mesmos elementos, ou “[n]ada, portanto, de interrogar os universais utilizando como método crítico a história, mas partir da decisão da inexistência dos universais para indagar que história se pode fazer” (FOUCAULT, 2008b, p. 5-6):

Assim, partindo de meticulosas análises de práticas concretas de espectro local, de modo predominantemente indutivo, Foucault vai construindo certo arcabouço teórico-conceitual amplo, mantendo a advertência que o mesmo não deveria ser entendido como sistema circunscrito, mas antes como caixa de ferramentas a serem utilizadas em outros estudos e pesquisas (FERREIRA NETO, 2015, p. 414).

Essa postura nominalista de Foucault tem como objetivo problematizar o que se entende por verdade e por geral, em uma visão eminentemente metodológica de suposição de sua inexistência, buscando alternativas à sua abordagem e se concentrando no concreto, no contingente e no singular como uma perspectiva para uma sua nova compreensão.

O que se poderia chamar de método arqueo-genealógico de Foucault, e sua crítica à Modernidade, busca a compreensão de como uma sociedade industrial controla e disciplina a população, e, nesse sentido, questiona o discurso de uma pretensa evolução necessariamente benéfica que, com o advento da Modernidade, o progresso irrefreável da sociedade traria. E nesse sentido emerge sua desconfiança com as ciências sociais, que legitimariam esses discursos e as práticas a eles atrelados. Dessa forma, em sua arqueologia, Foucault se ateve à tentativa de

desestabilização dos discursos de verdade que fizeram surgir disciplinas como a psiquiatria e a economia política; já na genealogia, essa atenção se deslocou para a relação entre conhecimento e poder, que emergiram de elementos não discursivos, tais como as instituições e os eventos políticos.

Apesar de não seguir uma metodologia com cânones definidos, no seu momento arqueológico Foucault buscou diferenciá-lo da história das ideias, quando afirmou que busca definir os discursos em si enquanto seguidores de regras, e não o que neles se oculta, definindo cada um dos discursos em sua irredutibilidade aos demais, e não de maneira interligada, buscando também a descrição do discurso enquanto objeto na sua exterioridade, não se apegando à obra, ao autor ou ao seu pensamento enquanto proferia tal discurso. Assim, pode-se resumir a finalidade da arqueologia:

Há, portanto, homogeneidade temática entre as pesquisas arqueológicas de Foucault quando consideradas em suas grandes linhas. A ponto de podermos caracterizá-las como uma única e extensa pesquisa centrada na questão dos saberes sobre o homem na modernidade. Pois, no fundo, trata-se de uma análise histórica que, estabelecendo um mesmo recorte temporal para os saberes ocidentais do século XVI até o século XIX — Renascimento, época clássica e modernidade —, tem dois objetivos intrinsecamente relacionados: por um lado, procura destruir o mito da existência de um saber sobre o homem em outras épocas que não a moderna; por outro, evidencia o papel privilegiado que o homem ocupa nos saberes da modernidade [...] (MACHADO, 2006, p. 158).

Já na genealogia, inicia-se a análise da microfísica do poder, ou seja, da análise ascendente das relações sociais que exprimem poder, na tentativa de desestabilizar o que se pretende universal, partindo das práticas concretas para tanto. Esta procura inverte, portanto, a prática comum do historicismo, que busca adequar os casos aos conceitos reificados, asseverando, no entanto, que o caminho a ser percorrido é exatamente o contrário, ou seja, deve-se questionar os conceitos universais através dos casos concretos.

A busca de compreender a fonte do controle da sociedade levou Foucault a fundar suas pesquisas em um desapego a formalismos no poder, que o fez concluir por sua não centralização, pela sua não uniformização, que redundou na análise das microfísicas do poder e por sua forma de dominação, que parte não apenas do soberano, mas de todas as formas de sujeição exercidas na sociedade.

Em um primeiro lugar, a própria forma com que empreende suas pesquisas, em contraposição aos métodos fixos, cartesianos e generalistas, Foucault propõe uma indução problematizante na busca de responder a várias questões que envolvem o contexto e os motivos que levaram à formação daquele saber, uma reflexão crítica que envolve todas as denominadas ciências sociais, sem a intenção de encontrar uma verdade metafisicamente manifestada.

Com esses instrumentos, e esse é um segundo ponto, Foucault desenvolve um conceito de poder também distinto das teorias clássicas, partindo não de uma centralidade emissora, em que o poder é visto como um objeto homogeneamente aplicável, mas, ao contrário, partindo das microrrelações da sociedade a fim de compreender como os vários saberes interagem com as várias manifestações do poder. Tal perspectiva faz alterar o modo como se observam as relações internacionais, pois, de um lado, internamente, densifica o que se entende como Estado e, de outro lado, no cenário internacional, transpõem-se as mesmas complexidades para um cenário em que as várias formas de poder estão sendo constantemente aplicáveis e em mutação.

A partir desses apontamentos metodológicos, conceitos generalizantes perdem um *status* de transcendentalidade tão caros ao projeto moderno-iluminista (*Aufklärung*) que os insere em uma historicidade teleologicamente determinada.

O deslocamento que Foucault provoca na análise do homem, do poder e, conseqüentemente, da sociedade, e dos diversos saberes, é reflexo de uma mudança metodológica de análises desses conceitos, partindo de uma diferente perspectiva adotada quando dessas pesquisas, no contraponto das teorias tradicionais.

2. Epistemologia no pensamento de Michel Foucault

As análises das posições epistemológicas são essenciais para a compreensão de como determinada teoria se refere ao conhecimento em questão. Quanto às Relações Internacionais, ou ao menos às suas teorias *mainstream*, com clara herança das Ciências Sociais, o racionalismo perpassa seu surgimento como disciplina e seu desenvolvimento teórico. Nesse sentido, a epistemologia positivista emprestou as ferramentas necessárias para a tentativa de generalização de conceitos-chaves na disciplina:

Concernentes a esse cenário, os pesquisadores das RI, e especialmente aqueles sob a tradição intelectual norte-americana procuraram produzir reflexões segundo critérios metódicos pautados na busca de um saber explanatório, fundado em inferências lógicas generalizantes. Sinteticamente, observam-se no campo preferências epistemológicas e metodológicas vinculadas ao racionalismo e positivismo, respectivamente (SELIS, 2012, p. 6).

Estas premissas têm na observação, coleta e teste de hipóteses a validação de uma teoria existente previamente, com uma dissociação entre investigador e os dados por ele coletados. Assim, o conhecimento é externo ao sujeito, não tendo, idealmente, interferências subjetivas na sua construção.

A epistemologia positivista é intrínseca ao liberalismo e ao racionalismo, e suas variações, pois, pautada a primeira nas premissas moderno-iluministas, recebe as críticas da

segunda com base nas mesmas premissas materiais. A preponderância, senão exclusividade, do Estado como detentor do poder, o poder enquanto objeto observável e quantificável, a anarquia do cenário internacional bem como as relações bélicas como condicionantes da política internacional, seja como meio de sobrevivência ou necessidade de cooperação apaziguamento, configuram de forma indissociável tais escolas.

A investigação arqueológica de Michel Foucault busca determinar quais os pressupostos históricos que tornaram possível o surgimento ou a interdição de determinado saber, isto é, independentemente dos critérios pelos quais o saber científico condiciona sua análise, mas partindo de um ordenamento histórico-cultural. Essa investigação que recai sobre o saber e não sobre a ciência é a *epistémê*, que é o conceito mais importante presente em *Les mots e les choses*.

A primeira configuração analisada por Foucault em sua obra é caracterizada pela ordem da semelhança, e assim se configura a *epistémê* até o fim do século XVI, isto é, na Renascença.

Jusqu'à la fin du XVIe siècle, la ressemblance a joué un rôle bâtisseur dans le savoir de la culture occidentale. C'est elle qui a conduit pour une grande part l'exégèse et l'interprétation des textes; c'est elle qui a organisé le jeu des symboles, permis la connaissance des choses visibles et invisibles, guidé l'art de les représenter (FOUCAULT, 1966, p. 32).

A análise da *epistémê* na Renascença, que é pautada na estrutura das semelhanças, pode ser subdividida em quatro subitens, quais sejam: a *convenientia*, a *aemulatio*, a *analogie* e a *sympathies*, de modo que se pode afirmar que o *saber* é o ato de ir e vir indefinidamente “du semblable à ce qui lui est semblable” (FOUCAULT, 1966, p. 45). Destarte, a semelhança é na Renascença “*le savoir du XVIe siècle c'est condamné à ne connaître toujours que la même chose, mais à ne la connaître qu'au terme jamais atteint d'un parcours indéfini*” (FOUCAULT, 1966, p. 45). Nesse período, portanto, *conhecer* é o ato de descobrir através da semelhança.

A ruptura que há com o Renascimento ocorre na Idade Clássica, quando a linguagem passa a não ter mais uma relação direta com as coisas, e os signos nessa *epistémê* não estão mais fundados nas próprias coisas previamente. A relevância que a interpretação tem no Renascimento será substituída, na Idade Clássica, pela *ordem*, pois não mais haverá a aproximação das coisas tendo em vista as suas similitudes, mas, sim, sua distinção, pois passará a ser preciso ordenar a totalidade das coisas em uma ciência da ordem, em uma articulação entre *mathésis* e *taxonomia*, sendo necessária sua inclusão em um quadro geral de classificação, hierarquização e subordinação.

Les sciences portent toujours avec elles le projet même lointain d'une mise en ordre exhaustive: elles pointent toujours aussi vers la découverte des éléments simples et de leur composition progressive; et en leur milieu, elles sont tableau, étalement

des connaissances dans un système contemporain de lui-même. Le centre du savoir, au XVIIe et au XVIIIe siècle, c'est le tableau (FOUCAULT, 1966, p. 89).

A “ordem” só é possível na Idade Clássica devido ao conceito de representação, que é a possibilidade de o signo ser ordenado no pensamento clássico. A *epistémê* é operada por meio da representação, sendo dependentes dela três domínios do saber próprios dessa época, quais sejam, a “gramática” geral, a “história natural” e a “economia”, ou a “análise das riquezas”, ciências da ordem nos campos, respectivamente, da linguagem, dos seres e das necessidades; isso faz chegar à conclusão que toda linguagem é nomeável, todo ser é classificável e toda riqueza é monetizável, podendo-se, assim, afirmar que a *epistémê* da Idade Clássica é baseada na certeza de que toda a realidade pode ser representada.

O saber na Modernidade se desprende da representação clássica, e os seres vivos, as riquezas e as palavras tornam-se objetos de uma positividade da vida, da produção e da linguagem. O homem, portanto, na sua condição de finito, passa a ser tido como ser vivo, produtivo e falante, isso porque foi demandado como objeto de saberes, sendo ele o centro das ditas ciências humanas.

A arqueologia foucaultiana encara a Modernidade e, conseqüentemente, o surgimento das ciências humanas como o fundamento em que a descoberta da finitude não está mais em um pensamento infinito, metafísico, mas, sim, no interior mesmo dos conhecimentos sobre a vida, sobre a linguagem e sobre o trabalho, pois, se podem ser positivados dessa forma, isso por si demonstra a sua finitude. *L'expérience qui se forme au début du XIXe siècle loge la découverte de la finitude, non plus à l'intérieur de la pensée de l'infini, mais au coeur même de ces contenus qui sont donnés, par un savoir fini, comme les formes concrètes de l'existence finie* (FOUCAULT, 1966, p. 327).

E o ser humano como figura epistêmica é ao mesmo tempo ilustrado como um objeto para o saber e como o sujeito que conhece, e a isso Foucault denomina de par *empirique et transcendental*, sendo o seu fundamento a interrelação dos saberes biológico, cultural e sócio-econômico, de modo que a Modernidade com a alteração epistêmica que trouxe em substituição à “representação” Clássica, encara o homem como um ser histórico e, por isso, finito, que vive, produz e fala e que torna possíveis esses conhecimentos.

La finitud de l'homme s'annonce - et d'une manière impérieuse - dans la positivité du savoir; on sait que l'homme est fini, comme on connaît l'anatomie du cerveau, le mécanisme des coûts de production, ou le système de la conjugaison indo-européenne; ou plutôt, au filigrane de toutes ces figures solides, positives et pleines, on perçoit la finitude et les limites que'elles imposent, on devine comme em blanc tout ce qu'elles rendent impossible (FOUCAULT, 1966, pp. 324-5).

Essas análises típicas da Modernidade que remontam às finitudes empíricas do trabalho, da vida e da linguagem, levam os estudos para outra análise que se dedica exatamente a essa finitude de modo a buscar meios ainda mais fundamentais, como o corpo, o desejo e a fala, em uma tentativa de aproximar o homem dele mesmo, fazendo com que ele se apreenda a partir do que “*s'offre au savoir réfléchi comme la projection brouillée de ce qu'est l'homme en sa vérité, mail qui joue aussi bien le rôle de fond préalable à partir duquel l'homme doit se rassembler lui-même et se rappeler jusqu'à sa vérité*” (FOUCAULT, 1966, p. 338).

O ser humano, portanto, dota-se de uma posição de sujeito empírico, quando se interroga sobre o que é finito, e também de sujeito transcendental, que é a condição de possibilidade de encarar o mundo como um conjunto dos objetos possíveis da experiência. E é, portanto, sobre a base dessa ambiguidade – do ser humano enquanto ser empírico-transcendental – que se criam as condições de possibilidade do saber da empiricidade e da finitude, isto é, das ciências humanas, que se constituem da psicologia, da sociologia, da análise das literaturas e das mitologias, saberes que vão das empiricidades às análises da finitude, de modo a analisarem o que há de empírico no homem, como o que possibilita o conhecimento sobre si como fundamento. A história, como visto, não desponta como uma das ciências humanas, isso porque, para Foucault, ela está em uma posição que não se pode colocar no mesmo patamar dos demais saberes, e isso porque ela seria a condição de possibilidade de todas as outras ciências.

On a parlé des sciences humaines; on a parlé de ces grandes régions que délimitent à peu près la psychologie, la sociologie, l'analyse des littératures et des mythologies. [...] Peut-être, en effet, n'a-t-elle pas place parmi les sciences humaines ni à côté d'elles: il est probable qu'elle entretient avec elles toutes un rapport étrange, indéfini, ineffaçable, et plus fondamental que ne le serait un rapport de voisinage dans un espace commun (FOUCAULT, 1966, p. 378).

Como já dito, as ciências humanas “sont nées que dans la mesure où est apparu, avec l'homme, un être qui n'existait pas auparavant dans le champ de l'épistémé” (FOUCAULT, 1966, p. 375), pois até a Idade Clássica não poderia se conceber o soergimento de um ser que pudesse saber tanto da natureza em que está inserido quanto sobre si mesmo. E, na filosofia, foi Kant (KANT, 1985) quem possibilitou as condições de surgimento da *épistémé* da Modernidade. Como já dito anteriormente nesse trabalho, para Foucault a modernidade filosófica se inicia não com Descartes, mas, sim, com Kant, pois é com ele que o sujeito finito e não empírico é posto fora de representação, contrariando o que ocorria na Idade Clássica, passando agora a ocupar a posição de fundador; não mais se cuida de buscar a verdade nas representações, mas, sim, a se perguntar sobre as condições de surgimento da própria representação, estando, agora, no “sujeito” o fundamento de todo o saber possível.

Kant, porém, delimitou as fronteiras entre a forma de análise empírica e a transcendental; no entanto, quanto às ciências humanas, essa fronteira passa a ser relativizada tendo em vista estarem instaladas no intermédio entre as ciências empíricas e a analítica da finitude, tendo uma reduplicação das primeiras e um desenvolvimento da segunda. E desses pensamentos que pendulam entre o empírico e o transcendental “*sont nées toutes les chimères des nouveaux humanismes, toutes les, facilités d'une «anthropologie», entendue comme réflexion générale, mi-positive, mi-philosophique, sur l'homme*” (FOUCAULT, 1966, p. 15), mas para Foucault deve haver uma desvinculação do pensamento atual com essa antropologia, em que toma, para isso, a influência do pensamento desafiador à *epistémê* de Nietzsche.

Peut-être faudrait-il voir le premier effort de ce déracinement de l'Antropologie, auquel sans doute est vouée la pensée contemporaine, dans l'expérience de Nietzsche : à travers une critique philologique, à travers une certaine forme de biologisme, Nietzsche a retrouvé le point où l'homme et Dieu s'appartiennent l'un l'autre, où la mort du second est synonyme de la disparition du premier, et où la promesse du surhomme signifie d'abord et avant tout l'imminence de la mort de l'homme (FOUCAULT, 1966, p. 353).

3. Implicações nas Relações Internacionais

Estruturadas as bases da metodologia foucaultiana e sua reestruturação epistemológica, com o consequente desmonte do dogmatismo e da generalização do positivismo no seio das denominadas Ciências Sociais, podem-se extrair construções de significativa importância para as Relações Internacionais.

Dessa forma, a pretensão epistemologicamente positivista presente no realismo, apresentando um dogmatismo conceitual, passa a ser compreendida sob uma ótica instrumental, seja em uma confusão entre conceito e história ou em uma diferenciação entre sujeito e objeto, seja através de práticas discursivas que apoiariam esta instrumentalização.

Inegável é que o silêncio sobre a construção de determinados conceitos também revela uma voz a ser ouvida, ou seja, a utilização ou não utilização e o seu uso reiterado sempre põem presente uma prática, e, nesse sentido:

From an epistemological point of view, the archaeo-genealogical mood that was progressively being articulated in IR enabled various interrogations of the universalistic assumptions of epistemic realism that had, that far, come to dominate the field of IR. Hence, it became possible to shed light upon the historical practices as well as the conceptual and discursive operations that have enabled the concepts of state, sovereignty, diplomacy, foreign policy or security to work unreflectively within IR (BONDITTI, 2017, p. 8-9).

A metodologia crítico-reflexiva, na qual podemos inserir Foucault com suas especificações já detalhadas, possibilita a análise de práticas discursivas que, como já dito, afetam as práticas

sociopolíticas ao passo em que se pretendem impessoais, generalizantes e universais. É nesse sentido, portanto, que surgem dicotomias que classificam e, assim, criam lugares de saberes entremeados de uma inescapável criação de poder. Conceitos como nacional/estrangeiro, norte/sul, desenvolvido/subdesenvolvido mantêm estratificados os agentes hegemônicos que se utilizam de tais discursos, e também subjagam os que nele não se inserem à medida que aceitam tal classificação.

É no discurso, portanto, e nas suas articulações, que o binômio saber/poder opera na manutenção de um *status quo* que encontra sustentação na estrutura que o torna possível, seja em teorias que se querem totalizantes, seja em discursos ou documentos oficiais, seja em debates.

O pretense objetivo moderno-iluminista de retratar objetivamente a realidade encara necessariamente o discurso como um meio neutro de operação; o que Foucault afirma, no entanto, é que a própria impossibilidade de uma apreensão objetiva do que se entende por realidade tem no discurso um operador da sua criação, transformação ou manutenção da ordem das coisas, afastando o esvaziamento político da prática discursiva em sua exclusividade gramatical.

On ne peut pas la confondre avec l'opération expressive pas laquelle un individu formule une idée, un désir, une image; ni avec l'activité rationnelle qui peut être mise en oeuvre dans un système d'inférence; ni avec la <compétence> d'un sujet parlant quand il construit des phrases grammaticales; c'est un ensemble de règles anonymes, historiques, toujours déterminées dans le temps et l'espace qui ont défini à un époque donnée, et pour une aire socialie, économique, géographique ou linguistique donnée, les conditions d'exercise de la fonction énonciative (FOUCAULT, 1969, p. 153-4).

Nesse sentido, uma pesquisa em Relações Internacionais deve, não apenas levar em consideração as práticas discursivas que permeiam suas teorias ou atos de agentes políticos, como também questionar o porquê da utilização e reutilização de termos e construções enunciativas.

A análise de teorias tidas como do *mainstream* nas Relações Internacionais devem, portanto, ser visualizadas por esse prisma. De um lado, um projeto constitutivo de um cenário ideal, pautado em estruturas políticas e jurídicas tidas como construídas historicamente em uma superação cumulativa axiológica e teleologicamente; de outro lado, uma negação desse projeto por crer em valores insuperáveis que condicionam inescapavelmente a realidade esvaziada da possibilidade de valores, sustentando a conformidade com o mundo dado e seu manejo para maximizar interesses nacionais. Nomeadamente, liberalismo e realismo, respectivamente.

Sob a ótica foucaultiana, ambas as correntes trazem dogmatismos e generalizações que buscam, em verdade, sustentar relações de poder. Conceitos como anarquia internacional, valor, poder e construções conceituais que qualificam os seres humanos como essencialmente bons ou

maus, que condicionam o comportamento dos Estados benéfico ou maleficamente, nada mais fazem que criar um ambiente que, contingente que é, passa a ser pensado e agido como se não fosse possível fugir a tais estados de coisas.

A impossibilidade de homogeneização do pensamento liberal, dadas as diferenças de perspectiva e de fundamentação que seus vários autores lhe imprimiram no transcorrer da história, é uma ressalva necessária. Inobstante tal observação, é possível traçar pontos em comum que perpassam os principais teóricos. Em rápidas linhas, mas suficientes ao propósito deste trabalho, pode-se ter como alicerce do arcabouço teórico do liberalismo, apesar de admitir a existência de uma anarquia internacional, a possibilidade da construção de uma paz pautada em valores como a razão humana, que, embora instrumental, teria na paz o melhor meio para o progresso econômico ou político.

Inescapavelmente influenciados pelo contratualismo, o sujeito passa a ser o vetor sobre o qual se funda o Estado, de modo que também nas Relações Internacionais tem papel preponderante, pois, se posterior e submisso à vontade dos cidadãos, seu comportamento internacional também deve incluí-lo como ator importante. Por outro lado, e no mesmo raciocínio, a relevância das Organizações Internacionais deveria ser central, pois nelas a cooperação entre os Estados assume caráter jurídico e político, assumindo direitos e obrigações regulados por um Direito Internacional que teria como fundamento a igualdade material entre os seus membros, de tal forma que os conflitos seriam dirimidos pelos seus meios e de modo pacífico e equitativo.

Ressalte-se, no entanto, que parte significativa dos pensadores do liberalismo admite a permanência de um ambiente internacional pautado pela anarquia:

A política internacional é anárquica no sentido de que não existe um governo superior. [...] Os liberais veem uma sociedade mundial que funciona ao lado dos estados e estabelece parte do contexto para os estados. O comércio cruza as fronteiras, as pessoas estabelecem contatos entre si [...] e as instituições como a Organização das Nações Unidas criam um contexto em que a visão realista da anarquia pura é insuficiente (NYE JR., 2009, p. 5).

É importante essa ressalva, pois esclarece a consciência de que não há uma superação da anarquia internacional, seja por um governo mundial ou por uma paz definitiva a partir de uma cooperação, mas, sim, que os princípios liberais seriam os responsáveis pelo reconhecimento por parte dos Estados, que, abrindo mão da busca insaciável por poder, lograriam maiores vantagens políticas e econômicas. No entanto, eis ainda uma das principais críticas apontadas pelos realistas ao projeto liberal, como asseverou Morgenthau:

A vitória do liberalismo no campo doméstico levou a um peculiar estreitamento da esfera política e um correspondente alargamento da seara não política; desse modo, esta última viu-se aberta a um exame racional e desinteressado. Alguns objetivos que tinham sido vistos até então como prêmios na luta pelo poder político passaram então a ser focalizados de modo sereno e factual e solucionados mediante o recurso a técnicas específicas de economia, administração ou direito. De início, foram as ciências naturais e a religião que se libertaram do domínio da política e estabeleceram a sua autonomia. Em seguida, o liberalismo, ao conquistar o Estado, liberou do domínio político uma área de proporções crescentes. Finalmente, o próprio liberalismo pareceu afastar até mesmo a política da esfera do Estado e fazer da própria arte de governar uma ciência (MORGENTHAU, 2003, p. 83).

O temor de Morgenthau da inclusão desses outros elementos em uma tentativa de superação do político que buscava o liberalismo tem raízes exatamente na definição de político, como sendo o ambiente no qual as pessoas, domesticamente, e os Estados, no cenário internacional, buscam seus interesses. A diferença, no entanto, entre o *intra* e o internacional está em que, neste último, por não haver um governante superior que discipline essa busca de interesses, havendo, assim, uma anarquia internacional, o que os Estados devem fazer é buscar maximizar seu poder; ou seja, para Morgenthau:

A política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder. Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato. Os povos e os políticos podem buscar, como fim último, liberdade, segurança, prosperidade ou o poder em si mesmo. Eles podem definir seus objetivos em termos de um ideal religioso, filosófico, econômico ou social. [...] Contudo, sempre que buscarem realizar o seu objetivo por meio da política internacional, eles estarão lutando por poder (MORGENTHAU, 2003, p. 49).

Disso se depreende que, para Morgenthau, os homens necessariamente buscam o poder almejando seus interesses, e o ambiente político no qual possam buscar seus interesses de modo seguro apenas é possível com um Estado Independente, não podendo isso ocorrer fora ou além do Estado.

Para o pensador, a busca da autonomia do político em relação às outras dimensões da sociedade transcende inclusive a moral, pois, sendo o ambiente político do Estado o ambiente imprescindível para que as pessoas busquem seus interesses pessoais e pratiquem suas crenças, a supremacia no cenário internacional, sendo necessária para a segurança interna, cabe ao estadista manter essa integridade e, eivado de uma moral pessoal para tratar dos negócios do Estado, irá inegavelmente fragilizá-lo, pois não se pode esperar que os demais Estados ajam da mesma forma, expondo os indivíduos a um risco desnecessário e contra a lógica da maximização do poder. Deve-se agir de maneira prudente, prezando por uma balança de poder; porém, em casos de emergência, pode o estadista lançar mão de ações como a sabotagem, espionagem, desrespeito aos Direitos Humanos, escolha entre um mal menor e um mal maior etc. Isso porque, para Morgenthau, há apenas dois resultados possíveis para o Estado: a sobrevivência ou o perecimento.

Inescapável uma análise sobre conceitos de que lançam mão os pensadores. De um lado, a aposta em um projeto supranacional com valores estabelecidos, por mais que com ares fraternos, traz em si uma inegável homogeneização axiológica, coerentes com interesses de potências militares, políticas e econômicas que se esforçam para abranger o âmbito de influência nas várias sociedades, relativizando tais valores quando conveniente.

É nesse sentido que Foucault não se preocupa em prescrever um método, mas, antes, princípios e precauções, retratando não apenas seu desapego, ou mesmo desprezo, a um método fixo e imutável, entendendo que as decisões devem ser tomadas no transcurso da pesquisa. O método, para Foucault, portanto, não é prescrito *a priori* nem descoberto *a posteriori*, ou seja, não é prescritivo nem descritivo, mas, antes, busca se referir ao próprio método questionando sua justificação e seus sentidos fundamentais, ou seja, assume uma intencionalidade crítico-reflexiva.

Conclusão

As peculiaridades da concepção de método por Michel Foucault e suas contribuições para a metodologia em geral, e para as relações internacionais, em particular, puderam ser apresentadas no transcorrer do texto, tal como a relativização de conceitos e construções teóricas que almejam uma generalização e/ou uma impessoalidade frente às próprias relações de poder que se configuram. Este exemplo pode trazer frutos importantes para a disciplina.

Destarte, e por fim, verifica-se que tanto nas metodologias qualitativas como nas metodologias quantitativas o privilégio dado a Foucault ao caso singular oferecem grandes contribuições, principalmente, ao nosso entender, a de iniciar uma pesquisa sem as convicções prévias que as grandes teorias almejam ao se proporem totais.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. (2007) **Dicionário de filosofia**. (5ª Ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- BACHELARD, Gaston. (2010) **A Epistemologia**. Lisboa: Edições 70.
- BONDITTI, Philippe. (2017) Introduction: The International as an Object for Thought. *In* BONDITTI, Philippe, BIGO, Didier, GROS, Frédéric (Eds.). **Foucault and the Modern International: Silences and Legacies for the Study of World Politics**. New York: Palgrave Mcmillan.
- DESCARTES, René. (2002) **Regras para a direção do espírito**. Lisboa: Edições 70.
- FERREIRA NETO, João Leite. (2015) Pesquisa e Metodologia em Michel Foucault. **Psic.: Teor. e Pesq.**, 31 (3): 411-420.
- FOUCAULT, Michel. (1966) **Les mots e les choses: Une archéologie des sciences humaines**. Paris: Editions Gallimard.
- _____. (1969) **L'archéologie du savoir**. Paris: Éditions Gallimard.

- _____. (1972) **Histoire da la folie à l'âge classique**. Paris: Éditions Gallimard.
- _____. (1976) **Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir**. Paris: Éditions Gallimard.
- _____. (1994) La fonction politique de l'intellectuel. *In Idem, Dits et écrits 1954 - 1988* (Vol. III). Paris: Éditions Gallimard, 109-114.
- _____. (1995) O sujeito e o poder. *In RABINOW, P. & DRYFUS, H. L. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense.
- _____. (1997) É preciso defender a sociedade. *In Idem, Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 69-77.
- _____. (1999) **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2006) **Poder e saber** *In Idem, Ditos e Escritos: Ética, estratégia, saber-poder*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. 4.
- _____. (2008a) **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2008b) **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2011) **A verdade e as formas jurídicas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nau Editora.
- _____. (2012a) **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- _____. (2012b) **Microfísica do poder**. São Paulo: Edições Graal.
- _____. (2012c) A Governamentalidade. *In FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder*. São Paulo: Edições Graal.
- GADAMER, Hans-Georg. (2007) **Verdad y método**. Salamanca: Ediciones Sígueme.
- KANT, Immanuel. (1985). Resposta à pergunta: Que é "esclarecimento"? ("Aufklärung"). *In Idem, Textos seletos* (2ª ed.). Petrópolis: Vozes, 100-117.
- LEMKE, Thomas. (2013) Critique and experience in Foucault. **Theory, Culture and Society**, 28 (4): 26-48.
- MACHADO, Roberto. (2006) **Foucault, a ciência e o saber**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- _____. (2012) **Por uma genealogia do poder**. Prefácio em FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder** (25ª ed.). São Paulo: Edições Graal, p. 7-34.
- MORGENTHAU, Hans J. (2003) **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: EdUnB/ IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- NYE JR., Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo, Editora Gente, 2009.
- NEVES, A. Castanheira. (1993) **Metodologia Jurídica: Problemas fundamentais**. Coleção Studia Juridica, vol 1, Coimbra: Coimbra Editora.
- POPPER, Karl. (2008) **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix.
- SELIS, Lara Martim Rodrigues. (2012) **Por uma imaginação das ausências**, 1º Seminário Nacional de Pós-graduação em Relações Internacionais, publicado em [http://

www.seminariopos2012.abri.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=505]. Disponibilidade:
26/04/2020.